



A Pregoeira da Confederação Brasileira de Tiro com Arco – CBTARCO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o Recurso Administrativo interposto pela licitante Meru Viagens Eireli, referente ao Pregão Eletrônico 02/2021, analisa e julga nos seguintes termos.

DO OBJETO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Visa o presente certame a contratação de agência de viagens para a prestação de serviços no âmbito corporativo de emissão e remarcação de passagens aéreas e rodoviárias nacionais e internacionais, intermediação de serviços de hospedagem nacional e internacional, dentre outros, direcionados aos atletas, comissão técnica e funcionários da CBTARCO, mediante demanda.

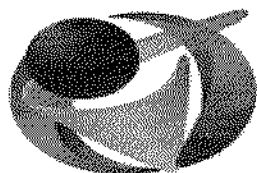
DOS FATOS

A CBTARCO, visando dar ampla publicidade às suas contratações, realiza licitações públicas e de ampla concorrência através do sistema da Bolsa Brasileira de Mercadorias – BBMNET Licitações (<https://www.bbmnetlicitacoes.com.br/index.php?categ=>), plataforma referendada pelo Comitê Olímpico do Brasil – COB.

Insta salientar que a CBTARCO, na qualidade de entidade de administração nacional do esporte, recebe recursos públicos, sendo imperiosa, portanto, a plena observância da legislação que rege o presente tema, em especial a verificação de regularidade de seus participantes.

Assim, o Edital foi devidamente publicado em 25/01/2021 com a realização do certame marcado para o dia 05/02/2021.





BRASIL ARCO
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA
DE TIRO COM ARCO

Ocorre que após abertura do certame, a ora Recorrente foi desclassificada, razão pela qual apresente o presente Recurso.

DOS ARGUMENTOS RECURSAIS

Sustenta a Recorrente que i. inexistente impedimento de licitar junto à Agência Nacional do Petróleo – ANP; e ii. que não foi dado o contraditório em relação à sanção aplicada pela CBTARCO.

Quanto à inexistência de impedimento de licitar junto à ANP, insta salientar que a informação preliminar foi retirada da rede mundial através do link:
http://compras.dados.gov.br/fornecedores/v1/ocorrencias_fornecedores?cnpj=09215207000158

No entanto, conforme demonstrado no conteúdo do recurso, tal punição já teria sido cumprida com termo final em 10/08/2020, pelo extrato do SICAF.

Já no tocante à declaração de impedimento pela própria CBTARCO, essa não foi a razão para a desclassificação ora Recorrida, assim, não haveria motivo para discorrer sobre o presente item.

DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES DE FORNECEDORES

Os órgãos públicos federais dispõem do SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, para verificarem eventual penalidade aplicada em fornecedores inadimplentes, sendo tal expediente extremamente valioso no combate à lisura da gestão e preservação do erário público.

Já as entidades de administração nacional do esporte, como é o caso da CBTARCO, apesar de utilizarem recursos públicos de natureza federal, infelizmente não dispõem do mesmo mecanismo.



Tal deficiência obriga as entidades a formarem redes de comunicação visando a troca de informações a esse respeito, de maneira a assegurar a exclusão de fornecedores penalizados por outros órgãos.

E é exatamente o que ocorre na presente hipótese, uma vez que a empresa Recorrente, Meru Viagens Eireli, encontra-se cumprindo penalidade aplicada pela Confederação Brasileira de Triathlon pelo prazo de 24 meses a partir de 16/09/2020, conforme documento em anexo, estendendo-se até 15/09/2022, portanto.

Verifica-se que a punição teve por base o contido no art. 35 do Manual de Gestão de Compras do Comitê Olímpico do Brasil – COB.

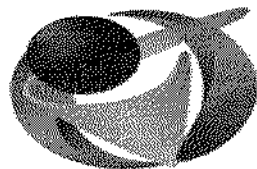
Dessa forma, considerando a subsunção da CBTARCO às normas e regulamentos exarados pelo COB, a punição aplicada por entidade nacional de administração esportiva, ainda que diversa, deve ser fielmente observada por todas as demais.

Nessa linha, ademais, já se posicionou o E. STJ em inúmeras oportunidades:

“ADMINISTRATIVO – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – SUSPENSÃO TEMPORÁRIA – DISTINÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INEXISTÊNCIA – IMPOSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÃO PÚBLICA – LEGALIDADE – LEI 8.666/93, ART. 87, INC. III.

– É irrelevante a distinção entre os termos Administração Pública e Administração, por isso que ambas as figuras (suspensão temporária de participar em licitação (inc. III) e declaração de inidoneidade (inc. IV) acarretam ao licitante a não-participação em licitações e contratações futuras.

– A Administração Pública é una, sendo descentralizadas as suas funções, para melhor atender ao bem comum.



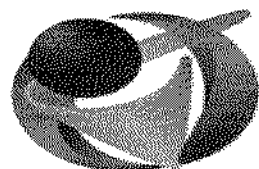
BRASIL ARCO
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA
DE TIRO COM ARCO

– A limitação dos efeitos da “suspensão de participação de licitação” não pode ficar restrita a um órgão do poder público, pois os efeitos do desvio de conduta que inabilita o sujeito para contratar com a Administração se estendem a qualquer órgão da Administração Pública.

– Recurso especial não conhecido.” (REsp 151.567/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/02/2003, DJ 14/04/2003, p. 208).

A limitação dos efeitos da ‘suspensão de participação de licitação’ não pode ficar restrita a um órgão do poder público, pois os efeitos do desvio de conduta que inabilita o sujeito para contratar com a Administração se estendem a qualquer órgão da Administração Pública. (REsp 151.567/RJ, DJ 14/04/2003)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR. ALCANCE DA PENALIDADE. TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. (...) 2. De acordo com a jurisprudência do STJ, a penalidade prevista no art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 não produz efeitos apenas em relação ao ente federativo sancionador, mas alcança toda a Administração Pública (...) (AIRES 201301345226, GURGEL DE FARIA, STJ – PRIMEIRA TURMA, DJE DATA:31/03/2017)



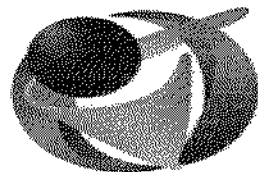
BRASIL ARCO
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA
DE TIRO COM ARCO

Por sua vez e corroborando esse entendimento do Judiciário, a Advocacia-Geral da União, por intermédio da Consultoria-Geral da União exarou o Parecer nº 087/2011 DECOR- CGU-AGU endossando o entendimento de que **ambas as penalidades devem ser estendidas a toda a Administração Pública** e não somente ao próprio órgão licitante.

Em arremate, recentemente o TCU endossando o entendimento do STJ se pronunciou por meio do Plenário:

“A aplicação da sanção prevista no inciso III do art. 87 da Lei 8.666/1993 impede, em avaliação preliminar, a participação da empresa em certame promovido por outro ente da Administração Pública

Representação de unidade técnica do Tribunal apontou suposta irregularidade na condução pela Prefeitura Municipal de Brejo do Cruz/PB da Concorrência 1/2011, que tem por objeto a contratação das obras de construção de sistema de esgotamento sanitário, custeadas com recursos de convênio firmado com a Fundação Nacional de Saúde – FNS, no valor de R\$ 5.868.025,70. A unidade técnica noticiou a adjudicação do objeto do certame à empresa MK Construções Ltda e sua homologação em 2/3/2012. Informou que já houve celebração do respectivo contrato, mas as obras ainda não iniciaram. Considerou irregular a contratação, visto que a essa empresa havia sido aplicada, pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, em 8/6/2011, pena de suspensão do direito de participar de licitação ou contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos, com base no inc. III do art. 87 da Lei 8.666/1993, por inexecução contratual. A empresa também veio a ser sancionada, com base o mesmo comando normativo, em 12/3/2012, pela Universidade Federal de Campina Grande. Estaria, pois, impedida, desde 8/6/2011, “de licitar ou contratar com quaisquer órgãos ou entidades da administração pública federal estadual, distrital ou municipal, eis que a apenação dela, pelo TRE/PB, fundamentou-se no art. 87, inciso III, da referida Lei, que, por



BRASIL ARCO
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA
DE TIRO COM ARCO

*ser nacional, alcança a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios". Restariam, em face desses elementos, configurados os requisitos do **fumus boni iuris** e do **periculum in mora** para a concessão da medida pleiteada. O relator do feito, então, decidiu, em caráter cautelar, determinar: a) à Prefeitura Municipal de Brejo do Cruz/PB que se abstenha, até deliberação do Tribunal, de executar o contrato firmado com a empresa MK Construções Ltda; b) "à Fundação Nacional de Saúde que se abstenha, até ulterior deliberação do Tribunal, de transferir recursos no âmbito do convênio PAC2-0366/2011 (...), firmado com a Prefeitura Municipal de Brejo do Cruz/PB ..."; c) promover oitivas do Prefeito e da empresa acerca dos indícios de irregularidades acima apontados, os quais podem ensejar a anulação do citado certame e dos atos dele decorrentes. **Comunicação de Cautelar, TC 008.674/2012-4, Ministro Valmir Campelo, 4.4.2012.**"*

Reitera-se que tal medida visa o resguardo do patrimônio e erário público.

DA CONCLUSÃO

Assim, considerando a existência de penalidade aplicada à Recorrente que impede sua participação em certames públicos, sendo certo que tal fato vincula a atuação da presente Pregoeira, mantenho a decisão pela desclassificação da ora Recorrente, com fundamento no item 6.2.2 do Edital, julgando, portanto, improcedente o presente Recurso.

É o que nos cabia.

Maricá, 11 de fevereiro de 2021.



SANDRA ALVIM

Pregoeira

Rua Ivone dos Santos Cardoso, n° 340, Itapeba, Maricá, RJ – 24913-000

Telefone: (55) (21) 2634.8984

e-mail: ctmarica@gmail.com Endereço eletrônico: www.cbтарco.org.br



BRASIL ARCO
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA
DE TIRO COM ARCO

Rua Ivone dos Santos Cardoso, nº 340, Itapeba, Maricá, RJ – 24913-000
Telefone: (55) (21) 2634.8984
e-mail: ctmarica@gmail.com Endereço eletrônico: www.cbтарco.org.br